



Em relação à arrecadação de impostos, o ano de 2012 foi marcado por importantes e significativas desonerações tributárias colocadas em prática pelo governo federal. Embora possa ser dito que todas tenham sido instituídas como forma de estimular a atividade econômica, algumas delas tendem a gerar incentivos de longo prazo, ao estimular os investimentos e diminuir os custos produtivos, ao passo que outras tendem a gerar incentivos de curto prazo, incentivando o consumo.

Dentro do primeiro grupo, estão medidas que estabeleceram alterações na cobrança dos encargos trabalhistas de setores intensivos em mão de obra, em que alíquotas da folha de pagamento foram alteradas para alíquota sobre o faturamento - entre os setores mais beneficiados, estão a construção civil, comércio varejista indústria plástica, calçadista, têxtil, de confecções e de móveis. Também devem ser mencionadas medidas como a redução do IPI para alguns produtos da indústria de máquinas e equipamentos, incentivando a formação de capital da economia, que também foi estimulada com incentivos não fiscais, como a depreciação acelerada de máquinas e equipamentos, a aquisição, pelo governo federal, de caminhões, ônibus e tratores por meio do Programa PAC Equipamentos, além das medidas de redução de taxa de juros. Já no segundo grupo, estão medidas bastante conhecidas pelo consumidor brasileiro, como a redução do IPI incidente sobre bens de consumo durável, em especial veículos, eletrodomésticos, móveis e materiais de construção.

No último Boletim CEPER, em que fora analisada a arrecadação dos principais impostos federais entre janeiro e setembro de 2012 vis-à-vis o mesmo período do ano de 2011, observou-se que as receitas derivadas de alguns importantes impostos, como o IPI, sofreram redução significativa nos municípios da região de Ribeirão Preto e no município-sede em si (em média, da ordem de 12% real, ou seja, já descontada a inflação). Por outro lado, a receita de outras rubricas exibiu importante crescimento, tais como a observada para o PIS/PASEP (superior a 6,5%) e COFINS (superior a 3%) - este impacto esteve provavelmente associado ao dinamismo dos setores de comércio e serviços que, conforme evidenciado na seção Mercado de Trabalho do último boletim, foram os setores que haviam realizado significativas contratações. No total dos impostos federais, a região e o município de Ribeirão Preto haviam exibido crescimento real superior a 13%, enquanto que, no cenário nacional (ou seja, no Brasil como um todo), a arrecadação havia exibido queda superior a 3,5%. Estes resultados indicavam, então, para um ritmo favorável da atividade econômica da região, comparativamente ao restante do país.

Neste Boletim CEPER, é apresentada uma análise da arrecadação dos principais impostos federais no acumulado dos doze meses ano de 2012 relativamente ao mesmo período ano de 2011, ou seja, analisa-se comparativamente o exercício fiscal completo dos últimos dois anos do país como um todo, assim como de Ribeirão Preto e dos municípios de sua região.

**Arrecadação de impostos federais - grupos selecionados e total geral – Brasil, municípios da região de Ribeirão Preto e município-sede – acumulado janeiro a dezembro - em R\$ milhões**

	Brasil			Região de Ribeirão Preto			Município de Ribeirão Preto		
	2011	2012	Var %	2011	2012	Var %	2011	2012	Var %
IPI	48.348.661	44.676.804	-7,6%	157.909	136.056	-13,8%	45.202	38.369	-15,1%
PIS/PASEP	42.991.279	44.920.811	4,5%	193.050	200.008	3,6%	101.850	105.862	3,9%
IRRF	127.740.260	127.292.823	-0,4%	338.648	342.298	1,1%	137.567	144.993	5,4%
CSLL	60.758.682	56.059.059	-7,7%	334.587	321.697	-3,9%	156.851	159.277	1,5%
IRPJ	109.549.499	106.108.882	-3,1%	680.876	666.942	-2,0%	308.752	316.129	2,4%
COFINS	162.134.149	169.523.801	4,6%	705.864	718.988	1,9%	364.101	374.645	2,9%
TOTAL GERAL	693.518.467	670.912.600	-3,3%	2.988.478	3.418.148	14,4%	1.435.327	1.669.329	16,3%

Fonte dos dados: Receita Federal

Notas: Total geral se refere à arrecadação de todos os impostos, não somente os selecionados. Dados em R\$ de dezembro de 2011.

Analisando-se o comportamento da arrecadação durante todo o ano de 2012, os municípios da região de Ribeirão Preto arrecadaram um montante da ordem de R\$ 718 milhões referentes à COFINS e R\$ 666 milhões referentes ao IRPJ, os impostos mais representativos. Em sequência, observa-se um total da ordem de R\$ 342 milhões arrecadados para o IRRF e R\$ 321 milhões para a CSLL. Por fim, o IPI e o PIS/PASEP totalizaram R\$ 200 milhões e R\$ 136 milhões, respectivamente.

Ainda que na região como um todo, o total geral de impostos recolhidos pela Receita Federal tenha crescido significantes 14,4% (totalizando R\$ 3,4 bilhões de reais), é importante notar um comportamento distinto das rubricas isoladamente: enquanto o PIS/PASEP, IRRF e COFINS sofreram aumento (3,6%, 1,1% e 1,9%, respectivamente), o IRPJ, CSLL e, em especial, o IPI, sofreram reduções não desprezíveis ao longo do ano, relativamente a 2011 (2,0%, 3,9% e 13,8%, respectivamente).

Analisando especificamente a arrecadação no município-sede, nota-se um fato curioso, dado que quase todos os impostos

sofreram aumento ao longo do ano de 2012 frente ao ano anterior. COFINS e IRPJ são responsáveis pelos maiores montantes, da ordem de R\$ 374 e R\$ 316 milhões, respectivamente, o que representa um aumento superior a 2% frente a 2011. Em sequência, tem-se a arrecadação da CSLL (R\$ 159 milhões), IRRF (R\$ 144 milhões) e PIS/PASEP (R\$ 105 milhões), que sofreram aumentos da ordem de 1,5%, 5,4% e 3,9%, respectivamente. A exceção fica por conta da redução do IPI, que registrou queda significativa, da ordem de 15% frente ao ano anterior, fechando 2012 com R\$ 38 milhões arrecadados. Independentemente da queda desta rubrica especificamente, nota-se que a arrecadação do município-sede teve comportamento mais favorável que o da região como um todo, dado o crescimento real superior a 16%.

Analisando-se o comportamento da arrecadação do país como um todo, o fato mais relevante é a queda superior a 3% em relação ao ano de 2011%, enquanto que, conforme já discutido, a região de Ribeirão Preto e o município-sede exibiram um quadro bastante diferente, com aumento significativo da arrecadação.



BOLETIM

Termômetro Tributário

Ribeirão Preto/SP

Prof. Dr. Sérgio Sakurai

Este é um indício de que o ritmo de atividade econômica da região exibiu, ao longo de 2012, comportamento mais favorável que o do país como um todo – isto já havia sido constatado no último boletim CEPER.

Alguns impostos exibiram comportamento semelhante nos três níveis aqui considerados, como é o caso do aumento de arrecadação da COFINS e PIS/PASEP. Em outros casos, como a CSLL e IRPJ, nota-se que o cenário local parece ser mais favorável que o cenário regional e nacional, dado que nestes últimos, houve queda de arrecadação destes impostos. Por fim, nota-se que embora a retração do IPI seja uma característica geral destes três níveis analisados, nota-se que a redução na região e no município de Ribeirão Preto são mais acentuadas que no país como um todo – isto sugere que o efeito específico desta desoneração pode eventualmente ter elevado o consumo dos produtos beneficiados, mas na região e no município-sede, estes efeitos parecem não ter sido relevantes. Estes resultados, somado às demais constatações, sugerem que a região apresenta uma dinâmica relativamente distinta do país como um todo, assim como o próprio município-sede se distingue da sua região, em função de seu porte populacional e sua forte atuação econômica nos setores de comércio e serviços.

Dado este quadro comparativo do ano de 2012 frente ao ano de 2011, uma questão natural que se segue é a expectativa para a economia nacional, regional e local para o novo ano que se inicia.

As medidas de incentivo à produção e ao consumo via alterações tributárias, além de outras medidas instituídas ao longo do último ano, parecem ter gerado uma expectativa favorável

quanto ao comportamento da economia brasileira. A título de ilustração, no início do ano passado, o Boletim Focus do Banco Central indicava uma taxa de crescimento esperada da ordem de 3,3%, taxa esta bastante superior à indicada no último relatório do ano, em que a expectativa de crescimento para 2012 passou a ser de menos de 1%. Ainda que as medidas adotadas pelo governo não tenham gerado o impacto (sobre o produto e a renda) esperado, o comportamento da economia poderia ser ainda menos favorável caso as medidas mencionadas não tivessem sido postas em prática.

Para 2013, o governo já anunciou que algumas reduções tributárias serão progressivamente retiradas ao longo do ano, como por exemplo, a elevação do IPI incidente sobre a venda de automóveis, eletrodomésticos e móveis, até os níveis vigentes antes da sua redução – a expectativa de retirada destes benefícios pode estimular uma parcela dos consumidores, o que ainda pode gerar um fôlego adicional para as medidas de redução tributária. Somado a este, a expectativa de retomada da atividade econômica em nível internacional e nacional tende a fortalecer a expectativa de que a arrecadação de impostos volte a se elevar ao longo deste ano – ainda conforme o Boletim Focus, as expectativas mais recentes indicavam um crescimento esperado do PIB da ordem de 3,20% para o ano de 2013.

Em função destes fatores, além da relativa autonomia econômica da região e do município de Ribeirão Preto, o cenário para a economia regional e local ainda parece ser favorável. Contudo, o ambiente de incerteza econômica não permite estabelecer com precisão como será o desempenho da arrecadação tributária ao longo dos próximos meses.